

**RELATÓRIO DA
ADMINISTRAÇÃO
DO ANO DE 2025**



ÍNDICE

Relatório da Administração – Página 3 – 5

Relatório do Auditor Independente – Página 6 - 8

Balanço Patrimonial de 31/12/2025 – Página 10

Demonstração de sobras 31/12/2025 – Página 11

Demonstração do Resultado Abrangente 31/12/2025 – Página - 12

Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido de 31/12/2025 – Página 13

Demonstração do Fluxo de Caixa 31/12/2025 – Página 14

Notas Explicativas – Página 15 a 29

Parecer do Conselho Fiscal – Página 30

Relatório da Administração 2025

DIRETORIA

Wagner Aparecido Mendes - Diretor Presidente
Antonio Carlos Sanches - Diretor Administrativo
Marcos Donizeti Antonio - Diretor Operacional
Dalva Aparecida Pedro - Diretora

CONSELHO FISCAL - MEMBROS EFETIVOS

Ronaldo Marcos Valerio
Antonio Roveri Neto
Nilson Kendi Ogassahara

CONSELHO FISCAL - MEMBROS SUPLENTES

Fabio Luiz Apolaro

REGISTROS

DATA

CNPJ.....:57.259.525/0001-63		13/03/87
JUCESPNo 35400017473		30/03/87
CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO DO BANCO CENTRAL	931	16/12/88
OCESP... 959		

Senhores Cooperados

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do Exercício de 2025 da Cooperativa de Crédito de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias Campus de Jaboticabal,- COOPERFAC, na forma da Legislação em vigor.

Política Operacional

Em 2025 a COOPERFAC completou 37 anos, mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos a prazo.

Avaliação de Resultados

No exercício de 2025, a COOPERFAC obteve um resultado antes das destinações de R\$ 473.761,30. Ainda a cooperativa remunerou o capital dos cooperados em 15% da taxa selic, de acordo ao limite máximo da Lei 5764/1971.

Ativos

Os recursos depositados em Títulos e Valores Mobiliários somaram R\$ 439.569,31. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 8.777.041,36

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2025 o percentual de 21% da carteira, no montante de R\$ 1.913.962,44.

Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência da COOPERFAC era de R\$ 8.781.104,25. O quadro de associados era composto por 520 Cooperados.

MOVIMENTAÇÃO DO QUADRO SOCIAL

DESCRIÇÃO	2025	2024
Número de sócios ao iniciar o ano	530	539
Admissões ocorridas no ano	14	10
Demissões ocorridas no ano	24	19
Número de sócios ao encerrar o ano	520	530

Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, pela diretoria, observando e cumprindo as normas constantes nas Políticas de Crédito, buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

RELATÓRIO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

	QUANTIDADE		VALORES EM REAIS	
	2025	2024	2025	2024
TOTAL	3.134	3.825	4.679.371,92	4.905.844,01

A COOPERFAC adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN no 4.966/2021.

Conselho Fiscal

Eleito na AGO, o conselho fiscal tem função complementar à (do conselho de administração ou da diretoria). Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do FNCC com a parceria com a Contato Seguro, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes. Telefone: 0800 111-9124, Whatsapp: 55 51 9691-0871 ou <https://speaksafely.com/fncc>.

No exercício de 2025, a ouvidoria da singular não registrou nenhuma manifestação de cooperados procedentes sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa.

Agradecimentos

Aos cooperados por sua confiança e apoio à nossa administração, à Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias Campus de Jaboticabal – UNESP, que sempre incentivaram e colaboraram para o desenvolvimento de nossa Cooperativa e aos membros do Conselho Fiscal e funcionários.

Jaboticabal, 09 de Fevereiro de 2026.

Wagner Aparecido Mendes
Diretor Presidente

Antonio Carlos Sanches
Diretor Administrativo

Marcos Donizeti Antonio
Diretor Operacional

Dalva Aparecida Pedro
Diretora

S a c h o – Auditores Independentes
Auditoria e Assessoria

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

Aos Srs.

Administradores e Associados da
Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Faculdade de Ciências Agrárias e
Veterinárias – Campus de Jaboticabal/SP - COOPERFAC
Jaboticabal – SP.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias – Campus de Jaboticabal/SP – (“COOPERFAC”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COOPERFAC em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 onde descreve que as referidas demonstrações contábeis foram elaboradas considerando a dispensa da apresentação nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/2021 e na Resolução BCB nº 352/2023. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da COOPERFAC é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da COOPERFAC, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante

resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, das constatações relevantes de auditoria e, quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, as deficiências significativas nos controles internos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 06 de março de 2026.

SACHO – AUDITORES INDEPENDENTES

CRC – 2SP 017.676/O-8
CNAI-IPJ-000155

MARCELO MACHADO DE ANDRADE
CRC – 1SP 223.997/O-8

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Campus de Jaboticabal/SP - COOPERFAC

Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025

Sumário

Balancos patrimoniais	10
Demonstrações do resultado	11
Demonstrações do resultado abrangente	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	15
1 Contexto operacional	15
2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis.....	15
3 Composição do caixa e equivalentes de caixa	21
4 Operações de crédito e Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	22
5 Outros créditos	22
6 Outros valores e Bens	23
7 Imobilizado de Uso	23
8 Outras Obrigações.....	23
9 Passivos contingentes	24
10 Patrimônio líquido	24
11 Outros ingressos operacionais	25
12 Dispendios administrativos	25
13 Dispendios de pessoal, honorários e cédulas de Presença	26
14 Resultado de atos não cooperativos	26
15 Seguros contratados	26
16 Instrumentos financeiros	26
17 Partes relacionadas	26
18 Eventos Subsequentes.....	27
19 Índice da Basiléia.....	27
20 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos	27
21 Resultado não recorrente.....	28
22 Aprimoramento dos critérios contábeis aplicáveis a Instrumentos Financeiros e impactos causados pela Resolução CMN nº 4.966/2021.....	28
23 Parecer Conselho Fiscal	30

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Campus de Jaboticabal/SP - COOPERFAC

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025

Em reais

Ativo	Notas	31/12/2025	Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	31/12/2025
Circulante			Circulante		
Disponibilidades	3	11.363,89	Demais Instrumentos Financeiros		
Instrumentos Financeiros ao Custo Amortizado		9.405.452,96	Outras Obrigações	8	647.022,93
Títulos e Valores Mobiliários	3	439.569,31			
Operações de Crédito	4a	8.777.041,36	Sociais e Estatutárias		538.016,76
(-) Provisão de Liquidação Duvidosa	4b	(89.826,27)	Fiscais e Previdenciárias		22.485,06
Outros Créditos	5	283.931,86	Diversas		86.521,11
(-) Provisão Outros créditos Liquid.Duvidosa	5	(5.263,30)			
Despesas antecipadas	6	1.392,00			
			Total do Passivo Circulante		647.022,93
Total do Ativo Circulante		9.418.208,85			
Não Circulante			Patrimônio Líquido		8.799.381,24
Moveis e Equipamentos		120.509,32	Capital Social	10a	7.611.744,18
Benfeitorias em imóveis de Terceiros	7	108.433,16	Reserva Legal	10b	938.394,01
Imóveis	7	15.500,00	Sobras ou Perdas Acumuladas	10b	249.243,05
Depreciação Acumulada	7	(216.247,16)			
(-)Redução ao Valor Recuperável de Ativo Imobilizado	7	(108.433,16)			
(-) Depreciação Acumulada ativo Imobilizado de uso	7	(107.814,00)			
sistema de Processamento de Dados	7	18.400,00			
(-) Amortização acumulada	7	(18.400,00)			
Total do Ativo Não Circulante		28.195,32			
			Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		9.446.404,17
Total do Ativo		9.446.404,17			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Campus de Jaboticabal/SP - COOPERFAC

Demonstrações do resultado

2º semestre de 2025 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2025

Em reais

	Notas	2º Semestre de 2025	31/12/2025
Receitas da Intermediação Financeira		846.013,86	1.655.098,48
Operações de Crédito		803.219,56	1.562.696,10
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	3	42.794,30	92.402,39
Descontos Concedidos Operações de Crédito		-	(0,01)
Despesas da Intermediação Financeira		4.528,79	12.829,51
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(6.059,01)	(50.489,38)
Reversão Provisão para créditos de liquidação duvidosa		7.429,82	54.842,33
Outras Operações c/características de Crédito e Op.Crédito		3.157,98	8.476,56
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		850.542,65	1.667.927,99
Outras Receitas / Despesas Operacionais		(644.177,01)	(1.268.532,62)
Despesa de Pessoal	13	(396.704,88)	(805.637,71)
Outras Despesas Administrativas	12	(254.200,43)	(468.401,12)
Despesas tributárias	12	(1.927,37)	(5.621,08)
Outras Receitas Operacionais	11	8.655,67	11.127,30
Outras Despesas Operacionais		-	(0,01)
Resultado Operacional		206.365,64	399.395,37
Resultado não Operacional		8.481,77	24.317,24
Receitas não operacionais		8.481,77	25.124,23
Despesas não operacionais		-	(806,99)
Resultado Antes da tributação s/Lucro e participações		214.847,41	423.712,61
Imposto de Renda e contribuição social		(13.096,99)	(29.393,31)
Imposto de Renda		(1.213,11)	(3.593,41)
Contribuição social		(1.213,11)	(3.593,41)
Participação de funcionários		(10.670,77)	(22.206,49)
Absorção de despesa pelo Fates	8(i)	79.442,00	79.442,00
Resultado Antes das Destinações Estatutárias		281.192,42	473.761,30
Juros sobre capital próprio	10b	(150.444,60)	(150.444,60)
Resultado Antes das Destinações Estatutárias		130.747,82	323.316,70
F A T E S- Atos não cooperativos	14	(16.769,14)	(16.769,14)
F A T E S		(31.155,38)	(31.155,38)
Reserva Legal		(31.155,38)	(31.155,38)
Sobras (Perdas) Líquidas do Semestre / Exercício	10b	51.667,92	244.236,80

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Campus de Jaboticabal/SP - COOPERFAC

Demonstrações do resultado abrangente

2º semestre de 2025 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2025

Em reais

	2025	2025
	2º semestre	Exercício
Sobra líquida do semestre/exercícios	51.667,92	244.236,80
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do semestre/exercícios	51.667,92	244.236,80

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Campus de Jaboticabal/SP - COOPERFAC

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2025 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2025

Em reais

	Notas	Capital Subscrito	Reserva Legal	Outros Resultados Abrangente s	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos em 01/01/2025		7.239.152,14	907.238,63	-	250.595,76	8.396.986,53
Destinação de sobras Exercício anterior						-
Ao FATES		-	-	-	(50.000,00)	(50.000,00)
Ao Capital		200.595,76			(200.595,76)	-
Constituição de Reserva			-	-	-	-
Integralização/subscrição de capital		343.845,23	-	-	-	343.845,23
(-) Devolução de capital		(322.293,55)	-	-	-	(322.293,55)
Sobras ou Perdas Líquidas		-	-	-	473.761,30	473.761,30
Integralização de Juros ao Capital		150.444,60	-	-	(150.444,60)	-
Destinação das Sobras ou Perdas						-
F A T E S - Atos não cooperativos		-	-	-	(16.769,14)	(16.769,14)
F A T E S - Atos cooperativos		-	-	-	(31.155,38)	(31.155,38)
Reserva Legal		-	31.155,38	-	(31.155,38)	-
Impacto Resolução 46966/2021		-	-	-	5.006,25	5.006,25
Saldos em 31/12/2025		7.611.744,18	938.394,01	-	249.243,05	8.799.381,24
Mutações do Exercício		372.592,04	31.155,38	-	(1.352,71)	402.394,71
Saldos em 01/07/2025		7.493.639,66	907.238,63	-	197.575,13	8.598.453,42
Integralização/subscrição de capital		170.625,12	-		-	170.625,12
(-) Devolução de capital		(202.965,20)	-		-	(202.965,20)
Sobras ou Perdas Líquidas		-	-		281.192,42	281.192,42
Integralização de Juros ao Capital		150.444,60	-		(150.444,60)	-
Destinação das Sobras ou Perdas						-
F A T E S - Atos não cooperativos		-	-		(16.769,14)	(16.769,14)
F A T E S - Atos cooperativos		-	-		(31.155,38)	(31.155,38)
Reserva Legal		-	31.155,38		(31.155,38)	-
Saldos em 31/12/2025		7.611.744,18	938.394,01	-	249.243,05	8.799.381,24
Mutações do Semestre		118.104,52	31.155,38	-	51.667,92	200.927,82

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Campus de Jaboticabal/SP - COOPERFAC

Demonstrações dos fluxos de caixa

2º semestre de 2025 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2025

Em reais

	2º Semestre de 2025	31/12/2025
Atividades Operacionais		
Sobras/Perdas do Semestre/Exercício	214.847,41	423.712,61
IRPJ/CSLL	(2.426,22)	(7.186,82)
Provisão Para Operações de Crédito	(1.370,81)	(9.359,20)
Participação de funcionários	(10.670,77)	(22.206,49)
Depreciações e Amortizações	1.581,75	4.617,63
Juros ao capital próprio	(150.444,60)	(150.444,60)
	51.516,76	239.133,13
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais		
Operações de Crédito	(239.351,15)	(523.879,30)
Outros Créditos	(2.678,83)	(22.960,61)
Outros valores e bens	(1.392,00)	(72,00)
Outras Obrigações	(7.293,53)	17.323,11
Caixa Gerado nas Operações	(199.198,75)	(290.455,67)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de Imobilizado de Uso	-	(1.340,10)
Baixa de Imobilizado de Uso	-	806,99
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento	-	(533,11)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Aumento de Capital	170.625,12	343.845,23
Devolução de Capital	(202.965,20)	(322.293,55)
Absorção despesa pelo Fates	79.442,00	79.442,00
Destinação de Sobras exercício Anterior Ao FATES	-	(50.000,00)
FATES - atos não cooperativos	(16.769,14)	(16.769,14)
FATES - Sobras do Exercício	(31.155,38)	(31.155,38)
Subscrição de juros ao Capital	150.444,60	150.444,60
Impacto Resolução 4.966/2021	-	5.006,25
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	149.622,00	158.520,01
Diminuição/Aumento de Caixa e Equivalente de Caixa	(49.576,75)	(132.468,77)
No início do período	500.509,95	583.401,97
No fim do período (nota3)	450.933,20	450.933,20
Variação líquida das Disponibilidades	(49.576,75)	(132.468,77)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Campus de Jaboticabal/SP - COOPERFAC

Notas explicativas às demonstrações financeiras

2º semestre de 2025 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2025

Em reais

1 Contexto operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Campus de Jaboticabal/SP - COOPERFAC ("Cooperativa"), fundada em 6 de janeiro de 1986, é uma cooperativa de economia e crédito mútuo, instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza simples e sem fins lucrativos. Em relação ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, a mesma adquiriu personalidade na data de 1º de abril de 1987, através do registro sob nº 57.259.525/0001-63.

A Cooperativa está sediada em Jaboticabal SP e tem sua área de ação limitada às dependências da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias – Campus de Jaboticabal, SP.

Tem por objetivo social, além de outras operações que venham a ser permitidas às sociedades cooperativas de crédito: o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações segundo a regulamentação em vigor; prover, através da mutualidade, prestação de serviços financeiros a seus associados e a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Cooperativa e foram aprovadas em 04 de março de 2026. E foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN.

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Campus de Jaboticabal/SP - COOPERFAC optou pela isenção facultada pela Resolução BCB nº 352/23, de não apresentar informações comparativas com períodos anteriores, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de créditos), nas demonstrações contábeis, referentes aos períodos do ano de 2025.

a) Políticas contábeis e divulgação

De acordo com a base contábil de continuidade operacional, as demonstrações financeiras da são elaboradas com base no pressuposto de que ela está operando e continuará a operar em futuro previsível. Confirmamos que não temos conhecimento de incertezas significativas relacionadas com eventos ou condições que possam gerar dúvidas sobre a capacidade da Cooperativa na continuar em operação.

Em novembro de 2024, o BACEN divulgou as instruções normativas nº 537 a 543 que definem as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para utilização pelas

instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, a Cooperativa adaptou seu plano de contas contábeis interno, de modo a registrar os ativos e passivos financeiros de acordo com as novas contas divulgadas por tais instruções.

Resolução BCB nº 352 de 23 de novembro de 2023: estabelece procedimentos contábeis sobre a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

A partir de 1º de janeiro de 2025 a Cooperativa implantou o novo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), o qual foi atualizado com a missão de padronização e a clareza na apresentação das informações financeiras com alinhamento à Resolução CMN nº 4.966/2021. Gerando uma nova estrutura para o plano de contas, com a introdução de novas contas e a redefinição de outras, buscando incorporar os critérios contábeis estabelecidos na resolução e visando uniformizar os procedimentos.

A Resolução CMN nº 4.966/21 estabeleceu os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Como principais impactos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/21 presente na respectiva demonstração financeira, destacam-se:

- (i) Ativos financeiros passaram a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da Cooperativa e em suas características contratuais de fluxos de caixa;
- (ii) As receitas e os encargos atrelados diretamente a originação ou emissão de instrumentos financeiros são reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas pela metodologia diferenciada com diferimento linear;
- (iii) Mudança do critério de suspensão da apropriação de juros, que passou a ocorrer a partir do momento em que as operações são caracterizadas como “ativo financeiro com problema de recuperação de crédito”;
- (iv) Foi adotado o modelo de perda esperada simplificada para o reconhecimento das Perdas Esperadas associadas ao risco de crédito, utilizando-se os critérios definidos na Resolução BCB 352/23 e modelo de perdas esperadas interno da Cooperativa. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência;
- (v) Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas;
- (vi) Mudança no critério de baixa de ativos financeiros à prejuízo, que passaram a ser baixados a partir do momento em que a Cooperativa não tem mais expectativa de recuperação.

b) Adoção Inicial

A Cooperativa adotou a disposição transitória prevista na Resolução CMN nº 4.966/21 de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN 4.966/21 foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

c) Instrumentos Financeiros

A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros da Cooperativa são efetuadas de acordo com os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966/21 e estão descritas a seguir:

1- Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

A Cooperativa classifica seus ativos financeiros com base no modelo de negócios utilizado no gerenciamento desses ativos e nos seus termos contratuais, fazendo com que eles sejam mensurados:

- a) ao custo amortizado;
- b) ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA);
- c) ao valor justo através do resultado (VJR).

2- Instrumentos Financeiros Ao Custo Amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as condições forem encontradas:

- a) o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais;
- b) os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas.

Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros, com base na metodologia diferenciada com diferimento linear. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica "Receitas de juros", enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica "Despesas de juros", ao longo do prazo do respectivo contrato.

3- Baixa dos Instrumentos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

4- Método de Taxa Efetiva de Juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis.

Entende-se como custos da transação elegíveis os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB 352/23, a Cooperativa optou em utilizar a "metodologia diferenciada com diferimento linear" para empréstimos e recebíveis de clientes com características de crédito.

5- Ativos Financeiros com Problema de Recuperação de Crédito

O instrumento financeiro se caracteriza como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando:

- a. Houver atraso superior a 90 dias no pagamento;
- b. Reestruturação do ativo financeiro associado à obrigação;
- c. Houver indicativos de que a obrigação não é honrada nas condições pactuadas, sem recorrer a garantias ou colaterais.

Uma vez que uma operação é marcada como ativo problemático, as demais operações da mesma contraparte, incluindo as demais contrapartes conectadas, são também marcadas como ativos problemáticos.

d) Resumo das principais práticas contábeis

d.1) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

d.2) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

d.3) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d.4) Aplicação interfinanceira de liquidez

As Aplicações Interfinanceiras de Liquidez são mantidas junto a outras Instituições Financeiras, registradas ao custo, acrescidos dos rendimentos incorridos, até o encerramento do balanço.

d.5) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

d.6) Relações interfinanceiras

As Relações Interfinanceiras são mantidas junto a outras Instituições Financeiras, registradas ao custo, acrescidos dos rendimentos incorridos, até o encerramento do balanço.

d.7) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados e são classificadas quanto ao nível de risco de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas Resoluções vigentes.

d.8) Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

d.9) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

A Cooperativa por pertencer ao segmento S5, utiliza a metodologia simplificada para a apuração de provisões para perdas esperadas. Esta abordagem permite uma avaliação menos complexa das perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando o porte e a capacidade operacional da instituição.

O Banco Central do Brasil emitiu regras específicas para o modelo simplificado de apuração de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, que estabelecem os conceitos e os critérios contábeis para a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, para a caracterização de ativo com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) e de ativos reestruturados.

Para o cálculo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, o modelo simplificado prevê os seguintes componentes:

a) Provisão para Perdas Incorridas – Ativos Inadimplidos

O nível de provisão para ativos inadimplidos é calculado de acordo com o número de meses de atraso a partir da data do inadimplemento e a classificação da carteira (C1 – C5). O nível de provisão aumenta à medida que o atraso aumenta.

A provisão para perdas incorridas é estimada considerando:

- i. Ativos financeiros inadimplidos (atraso superior a 90 dias), com base na carteira e no atraso no cumprimento do pagamento de principal e juros pela contraparte; e
- ii. No caso de ativos financeiros cuja contraparte seja pessoa jurídica em processo falimentar, a provisão para perdas incorridas associadas ao risco de crédito corresponde, a partir da data da decretação da falência, a 100% (cem por cento) do valor contábil bruto do ativo.

b) Provisão Adicional

Conforme a regulamentação vigente, a Cooperativa constitui a provisão adicional, com percentuais que variam em função do tempo de atraso (incluindo ativos com zero dias de atraso), a classificação de carteira (C1 – C5) e a caracterização de ativo problemático, conforme segue:

- i. Ativos financeiros não caracterizados como ativo com problemas de recuperação de crédito;
- ii. Ativos financeiros caracterizados como ativo com problemas de recuperação de crédito, não inadimplidos (atraso menor que 90 dias); e
- iii. Ativos financeiros inadimplidos (atraso superior a 90 dias).

c) Provisão para Perda Esperada

O cálculo de provisão de perda esperada é realizado através de modelo próprio da instituição, tomando como base o histórico de pagamentos e segmentação de clientes.

d) Total a Provisão Associada a Perda De Crédito

O montante total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito corresponde, no máximo, a 100% do valor contábil bruto da operação e considera o maior valor entre (i) a soma da perda incorrida e da provisão adicional; e (ii) o valor da perda esperada.

A Cooperativa adotou modelo interno para o cálculo de provisão para perdas esperadas com base no histórico da carteira, sendo realizada a provisão, a nível de contrato, do maior valor entre a perda esperada e a somatória das provisões para perda incorrida e provisão adicional.

A avaliação da perda esperada é de responsabilidade da Cooperativa detentora do instrumento e é realizada com base em critérios consistentes e verificáveis, utilizando informações internas e externas.

A Cooperativa adota técnicas de mensuração compatíveis com a natureza e a complexidade dos instrumentos financeiros, bem como com o porte, o perfil de risco e o modelo de negócio da instituição.

d.10) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

d.11) Investimentos

Representados substancialmente por ações da **CECRESP CORRETORA DE SEGUROS e FNCC** avaliadas pelo método de custo de aquisição.

d.12) Imobilizado

São demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

d.13) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

d.14) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

d.15) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

d.16) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

d.17) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, às quais a Cooperativa tem por diretriz.

d.18) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos de acordo com o Decreto 9.580/2018, art. 194. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 193 do mesmo Decreto.

d.19) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

d.20) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2025 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

d.21) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- ✓ Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis;
- ✓ Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2025.

3 Composição do caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades e as relações interfinanceiras são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa.

Descrição	2025
Disponibilidades	
Caixa e depósitos bancários	11.363,89
Títulos e valores mobiliários (i)	439.569,31
	450.933,20

- (i) Trata-se de aplicações em quotas de fundos de renda fixa de instituições privadas R\$ 421.292,32, Capital FNCC no valor de R\$ 17.206,99 e Capital Cecresp Corretora no valor de R\$ 1.070,00.

Foram registrados no resultado do exercício, em ingressos da intermediação financeira - títulos e valores mobiliários, rendimentos no montante de R\$ 92.402,39 em 2025.

4 Operações de crédito e Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a Composição por tipo de operação e prazo de vencimento

Descrição	2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos	3.415.440,94	5.361.600,42	8.777.041,36
Provisão de Empréstimos (b)	(36.347,70)	(53.478,57)	(89.826,27)
	3.379.093,24	5.308.121,85	8.687.215,09

b Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito está conforme os níveis de provisão estabelecidos na Resolução BCB nº 352/2023 e BCB nº 483/2025:

Descrição	31/12/2025
Provisão Adicional p/ Perda Esperada Risco de Crédito	(89.826,27)
	(89.826,27)

Movimentação da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

	2025
Saldo inicial	(94.179,22)
Constituição da provisão	(50.489,38)
Reversão de provisão para operações de crédito	54.842,33
Saldo final	(89.826,27)

O saldo inicial de 01/01/2025 no valor de (94.179,22) já sendo considerada a reversão no valor de R\$ 5.006,25 conforme item 22 demonstrando o impacto na implantação da Resolução 4.966/2021. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa teve uma Reversão líquida no ano de 2025 no valor de R\$ 4.352,95. As outras operações com características de crédito de liquidação duvidosa teve uma Reversão líquida no ano de 2025 no valor de R\$ 8.476,56.

5 Outros créditos

Descrição	2025
Impostos a Recuperar	--
Títulos e Créditos a receber	5.263,30
Provisão outros créditos de liquidação duvidosa	(5.263,30)
Devedores diversos	250.825,78
Plano Saúde a Receber	27.842,78
Total – Outros Créditos	278.668,56

Trata-se de recebimentos de empréstimos, no valor de R\$ 250.825,78, que são descontados em folha de pagamento e repassados à Cooperativa no mês subsequente. Os valores referentes a Títulos e créditos a receber de cooperados com ações judiciais no ano de 2025 no valor de R\$ 5.263,30 e Provisão Outros créditos de liquidação duvidosa de valores a receber de cooperados com ações judiciais no ano de 2025 no valor de (R\$ 5.263,30), Plano Saúde a receber de Cooperados no ano de 2025 no valor de R\$ 27.842,78.

6 Outros valores e Bens

Descrição	2025
Despesa Antecipadas	1.392,00

Trata-se de despesa pagas antecipadas no ano de 2025 para Sacho Auditores Independes relativo a Auditoria das Demonstrações Contábeis 2025 e Auditoria Cooperativa 2025 no valor de R\$ 1.392,00.

7 Imobilizado de Uso

	Taxa anual de depreciação/ amortização	2025		
Descrição		Custo de aquisição	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido
Imobilizado				
Móveis e equipamentos de uso	10% a 20%	120.509,32	(107.814,00)	12.695,32
Benfeitoria em imóvel terceiros	20%	108.433,16	(108.433,16)	-
Terreno		15.500,00	0,00	15.500,00
		244.442,48	(216.247,16)	28.195,32
Intangível				
Software	20%	18.400,00	(18.400,00)	0,00
		262.842,48	-234.647,16	28.195,32

8 Outras Obrigações

Descrição	2025
Sociais e estatutárias:	
Provisão para participação nos lucros	22.206,49
Fundo de assistência técnica, educacional e social (i)	187.888,25
Quotas de capital a pagar	327.922,02
	538.016,76
Fiscais e previdenciárias:	
Impostos e contribuições a recolher	22.485,06
Diversas:	
Provisão para pagamentos a efetuar	71.076,92
Credores diversos no País	15.444,19
	86.521,11
	647.022,93

- (i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 10b). No ano de 2025, foram absorvidas pelo FATES as despesas no montante de R\$ 79.442,00.

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.

9 Passivos contingentes

No desenvolvimento de suas operações a Cooperativa está sujeita a certos riscos, representados por ações tributárias, cíveis e processos trabalhistas, que são discutidas nas esferas administrativas e judicial. A Cooperativa não possui processos que indicam perda provável ou possível em 31 de dezembro de 2025.

10 Patrimônio líquido

a Capital social

É representado pelas integralizações dos cooperados em 31 de dezembro de 2025, respectivamente. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas quotas-partes.

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2025</u>
Capital Social	7.611.744,18
Cooperados	521

No exercício de 2025, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 694.885,59, e também ocorreram devoluções em 2025, no montante de R\$ 322.293,55.

b Destinações estatutárias e legais

As sobras apuradas no fim dos exercícios de 2025, conforme Estatuto Social tiveram as seguintes destinações:

<u>Descrição</u>	<u>2025</u>
Sobras do exercício, base de cálculo e destinações	473.761,30
Destinações estatutárias:	
Juros sobre o capital (i)	(150.444,60)
Reserva legal (ii)	(31.155,38)
FATES (iii)	(31.155,38)
Transferido para FATES	(16.769,14)
Impacto Resolução 4.966/2021 (iv)	5.006,25
Sobras à disposição da Assembleia Geral	<u>249.243,05</u>

- (i) Juros sobre o capital integralizado, limitado à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, a serem propostos pela Diretoria Executiva da Cooperativa. Em reunião da Diretoria Executiva, foi aprovado a remuneração das quotas capital dos cooperados. O montante a ser capitalizado de R\$ 150.444,60, foi contabilizado como "Capital social", conforme determinação do plano de contas do COSIF. Adicionalmente, conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.872 de 27/11/2020, os juros sobre o capital integralizado foram registrados no resultado do exercício, como "Outros dispêndios operacionais", e ajustados.
- (ii) 10% para a reserva legal com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa, o valor da Reserva Legal é de R\$ 938.394,01.
- (iii) 10% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), com a finalidade de prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados, que podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade (nota 8 (i)).

- (iv) A carteira de crédito da COOPERFAC é predominantemente composta por operações consignadas. A Resolução BCB nº 397/24 preservou o percentual de apuração de provisões definido pela regulamentação vigente para créditos consignados com atraso de até 14 dias. Dessa forma, com a implantação da Resolução 4.966/2021 em 01 de janeiro de 2025, os níveis de provisão estimados pela nova regulamentação apresentou uma diminuição de R\$ 5.006,25 em relação à norma anterior.

c Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 11 de Abril de 2025, foi aprovada a destinação das sobras acumuladas do exercício de 2024 no valor de \$ 250.595,76 (duzentos e cinquenta mil, quinhentos e noventa e cinco reais e setenta e seis centavos), foram destinados da seguinte forma conforme deliberação da Assembleia: R\$ 200.595,76 (duzentos mil, quinhentos e noventa e cinco reais e setenta e seis centavos) integralizadas no capital social de cada cooperado na proporção direta das operações realizadas com empréstimos por cada associado no exercício findo e R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES).

11 Outros ingressos operacionais

Descrição	2025	2025
	2º semestre	Exercício
Juros ao Capital FNCC	1.843,56	1.843,56
Reversão Férias e 1/3 férias	6.812,11	6.812,11
Sobras Cecresp Corretora	-	2.471,62
Outros ingressos	8.655,67	11.127,29

12 Dispendios administrativos

Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
Serviços do sistema financeiro	(21.187,04)	(43.873,35)
Processamento de dados	(48.771,15)	(96.893,81)
Seguros	(796,47)	(7.481,00)
Comunicações	(3.876,33)	(8.490,04)
Água, energia e gás	(1.078,66)	(2.905,20)
Depreciações e amortizações	(1.581,75)	(4.617,63)
Promoções e relações públicas	(74.628,53)	(75.673,48)
Serviços técnicos especializados	(33.180,29)	(71.498,81)
Serviço de terceiros	(11.388,80)	(20.538,60)
Material e manutenção	(22.520,05)	(42.138,15)
Despesa FNCC	(22.564,72)	(45.011,80)
Outros	(12.626,64)	(49.279,25)
TOTAL	(254.200,43)	(468.401,12)
Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
Tributários	(1.927,37)	(5.621,08)
TOTAL	(1.927,37)	(5.621,08)

13 Dispendios de pessoal, honorários e cédulas de Presença

Descrição	2025	2025
	2º semestre	Exercício
Proventos	(147.082,46)	(307.975,23)
Honorários e cédulas de presença	(100.188,00)	(199.617,00)
Benefícios a empregados	(75.978,77)	(148.288,11)
Encargos sociais	(73.455,65)	(149.757,37)
	(396.704,88)	(805.637,71)

14 Resultado de atos não cooperativos

Descrição	2025
Receita de Atos não cooperativos	25.124,23
Despesas específicas de atos não cooperativos (Pis/Cofins)	(1.168,27)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	23.955,96
Imposto de renda e contribuição social	(7.186,82)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	16.769,14

15 Seguros contratados

A administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

16 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, os quais são iguais ou que se aproximam dos seus valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas, com destaque para as disponibilidades, relações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários, operações de crédito.

Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios.

17 Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Diretoria e Fiscal). As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim resumidas nos exercícios:

Descrição	2025
Principais saldos:	
Ativo	
Operações de crédito	451.617,55
Patrimônio líquido	
Capital social	138.470,59
Benefícios:	
Honorários	182.160,00
Cédulas de presença	17.457,00

18 Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por: Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2025.

19 Índice da Basiléia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN no. 4.606/17, compatível com os riscos de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em 31 de dezembro de 2025. Pelo cálculo simplificado, o índice de Basiléia da COOPERFAC foi de 113,70%, situação positiva visto que se apresentam superior ao mínimo exigido.

	2025
PRS5- Patrimônio de Referência Simplificado	8.781.104,25
RWAS5 – Total dos Riscos Ponderado	7.722.949,90
Índice de Basiléia (%)	<u>113,17%</u>

20 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

Em atendimento a Resolução nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017 e conforme faculta a Resolução nº 4.606 de 19 de outubro de 2017 do Conselho Monetário Nacional, a Cooperativa instituiu a estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos capacitada para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco operacional, o risco socioambiental, o risco de crédito e os demais riscos relevantes ao qual a Instituição esteja exposta, incluindo o monitoramento dos níveis de capital e liquidez. A Estrutura é formada pelo diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos, a equipe técnica por ele designada para seu assessoramento e pelas políticas e manuais inerentes a área.

21 Resultado não recorrente

Nos exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a COOPERFAC realizou a venda total de suas ações preferenciais (PN) do Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB. O valor total da operação gerou um ganho líquido de R\$ 6.955,10. Este ganho foi classificado como uma receita não operacional na Demonstração do Resultado das sobras e Perdas do Semestre. Este evento é considerado de natureza não recorrente por não fazer parte da atividade principal da Cooperativa e não é esperado que se repetisse no futuro.

22 Aprimoramento dos critérios contábeis aplicáveis a Instrumentos Financeiros e impactos causados pela Resolução CMN nº 4.966/2021.

Com a publicação pelo Banco Central do Brasil das Resoluções CMN 4.966/21 e BCB nº 352/23 e demais atos normativos correlatos, houve a necessidade de adequar os procedimentos contábeis nacionais ao padrão internacional para classificação, mensuração, reconhecimento, baixa e provisionamento de instrumentos financeiros, tendo como base o pronunciamento IFRS 9 – _Financial Instruments_ editado pela IASB – _International Accounting Standards Board_. Considerando o objetivo do Plano COSIF (plano contábil das instituições do sistema financeiro nacional) de uniformizar os registros contábeis de atos e fatos administrativos, foi necessário que o BCB promovesse a alteração da estrutura atual do plano contábil em vigor desde a sua publicação em 1987, com o objetivo de assegurar que o conjunto de contas pudesse incorporar de maneira adequada todo arcabouço regulatório alinhado aos padrões internacionais. A alteração do plano contábil COSIF foi publicada através das Instruções Normativas BCB nº 426 a 433/23.

Essas mudanças passam a valer a partir dos documentos contábeis emitidos no mês-base janeiro de 2025.

O aprimoramento do arcabouço regulamentar sobre contabilidade de instrumentos financeiros no âmbito da competência do CMN e do Banco Central do Brasil, no que aplicável à COOPERFAC, contemplou as seguintes etapas: (i.) classificação, reconhecimento, mensuração e baixa de instrumentos financeiros; (ii.) provisão para perdas associadas ao risco de crédito de instrumentos financeiros; e (iii.) apresentação e evidenciação de instrumentos financeiros.

A carteira de crédito da COOPERFAC é predominantemente composta por operações consignadas. A Resolução BCB nº 397/24 preservou o percentual de apuração de provisões definido pela regulamentação vigente para créditos consignados com atraso de até 14 dias. Dessa forma, os níveis de provisão estimados pela nova regulamentação apresentou uma diminuição de R\$ 5.006,25 em relação à norma anterior, refletindo o perfil majoritariamente consignado da carteira de crédito R\$ 5.208.711,82.

Para os demais instrumentos financeiros a COOPERFAC estabeleceu diretrizes em instrução normativa interna, para um provisionamento alinhado a sua exposição ao risco. Na aquisição de títulos privados não haverá incremento de provisão, haja vista que as instituições onde a COOPERFAC possui recursos aplicados estão classificadas como instituições com grau de investimento com qualidade alta. O provisionamento ocorrerá quando for identificado fatores que indiquem perda da qualidade creditícia das instituições contrapartes, através das análises de riscos.

Portanto, o impacto inicial da adoção, com estão descritos conforme abaixo:

Resolução	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) sobre carteira de operações de crédito
Res. CMN 2682/99	(R\$ 99.185,47)
Res. CMN 4966/21- BCB nº 352/23	(R\$ 94.179,22)
Demais instrumentos financeiros	R\$ 0,00
Impacto	R\$ 5.006,25

A Res. CMN 4966/21 também introduziu mudanças nas regras para a apropriação dos custos e receitas de transações de ativos e passivos financeiros. A COOPERFAC não projeta uma receita futura de serviços (tarifas) diferida , pelo fato de não cobrar tarifas.

Wagner Aparecido Mendes
Diretor Presidente e responsável pela área contábil
CPF 020.434.798-06

Jeferson Catelani
Contador CRC: 1SP290527/O-3
CPF: 337.777.328-26

23 Parecer Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E VETERINÁRIAS CÂMPUS DE JABOTICABAL – SP, CNPJ 57.259.525/0001-63, pelos membros abaixo assinados, tendo em vista os resultados das reuniões de verificação realizadas no decorrer do exercício de 2025, para fins previstos no artigo 75º do Estatuto Social, e após examinar os documentos que compõem o BALANÇO GERAL encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como o DEMONSTRATIVO DO RESULTADO, DE SOBRAS OU PERDAS, constatou-se que:

- As escriturações contábil e fiscal estão em perfeita ordem;
 - As despesas efetuadas autorizadas pela administração encontram-se dentro das necessidades e possibilidades da cooperativa e estão devidamente documentadas;
 - Não tem a cooperativa qualquer questão a resolver com as autoridades do cooperativismo;
 - O saldo do dinheiro em caixa sempre que houve conferência, foi constatado de acordo com o saldo apontado no controle de caixa e contabilidade;
 - Os valores utilizados do Fates, conforme decisão da Administração, foram aprovados por este conselho, e estão devidamente documentados;
 - Todos os compromissos com terceiros encontram-se rigorosamente em dia;
 - Os empréstimos foram concedidos de acordo com as regras estabelecidas e aprovadas pela Administração;
 - Créditos a receber em atraso, estão sendo cobrados corretamente, até as vias judiciais;
- Dado o exposto, recomendamos a aprovação do Balanço Geral e Demonstração de Resultado de “Sobras ou Perdas” do exercício de 2025, pela Assembleia Geral Ordinária.

Jaboticabal, 28 de Janeiro de 2026.

Efetivos

Ronaldo Marcos Valério

Antonio Roveri Neto

Nilson Kendi Ogassahara

Suplentes

Fabio Luiz Apolaro